O ciclo de compliance e os poderes de informação da IRAS

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Singapura tributa com base no ano anterior. A renda do ano civil de 2025 é tributada no ano-base (year of assessment) de 2026. Pessoas físicas apresentam a declaração até 18 de abril. As sociedades apresentam uma estimativa da renda tributável (estimated chargeable income) dentro de três meses após o encerramento do exercício financeiro e a declaração completa (Form C ou C-S) até 30 de novembro. A IRAS (Inland Revenue Authority of Singapore, a autoridade tributária) emite então um aviso de lançamento (notice of assessment), que pode ser impugnado no prazo de dois meses.[1] O Comptroller pode efetuar ou alterar um lançamento dentro de quatro anos após o fim do ano-base, e sem limite de prazo em caso de fraude ou omissão dolosa (wilful default).[2] Um trader de ativos digitais que não declarou tem, portanto, uma exposição de quatro anos por negligência e uma exposição ilimitada por omissão deliberada.

Os poderes de informação da IRAS são amplos. A seção 65 permite ao Comptroller exigir de qualquer pessoa que forneça informações e apresente documentos, e a seção 65A permite-lhe intimar pessoas a comparecer e prestar depoimento. A seção 65B permite o acesso a instalações e registros e, desde 2013, a informações bancárias e de trusts sem ordem judicial. A seção 65C prevê a conservação de registros.[3] Os poderes

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

estendem-se aos prestadores de serviços de DPT licenciados em Singapura, que são "any person" (qualquer pessoa) para esse efeito e detêm o histórico de operações de seus clientes. A IRAS utiliza a seção 65 para obter dados de clientes de exchanges em investigações específicas desde pelo menos 2021. A prática se tornará sistemática com o CARF (Capítulo VII desta Parte). Um cliente que acredita que sua conta em uma exchange é privada em relação à IRAS está enganado.

Notas

1. Income Tax Act 1947 (2020 Rev. Ed.), seções 62 e 63 (declarações), seção 72 (lançamentos), seção 76(3) (impugnação no prazo de dois meses a contar do aviso de lançamento). IRAS, prazos de entrega para pessoas físicas (18 de abril) e sociedades (30 de novembro). ↩
2. Income Tax Act 1947, seção 74(1) (lançamentos adicionais dentro de quatro anos) e seção 74(2) (sem limite de prazo em casos de fraude ou omissão dolosa). ↩
3. Income Tax Act 1947, seções 65, 65A, 65B e 65C (poder de obter informações, de intimar, de acessar instalações e registros, inclusive informações bancárias, e de exigir a conservação de registros). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.